

"CRISE E SUPERAÇÃO NO ÂMBITO DA GEOGRAFIA CRÍTICA: CONSTRUINDO A METAGEOGRAFIA".

Ana Fani Alessandri Carlos*

Resumo: O ponto de partida do raciocínio, desenvolvido aqui, visando a construção do que denomino de metageografia é, por um lado, o reconhecimento de um estado de crise da geografia, e por outro lado seu papel como possibilidade, ainda em que seus limites como ciência parcelar, de compreender o mundo moderno, já que o conhecimento pode se constituir como um movimento em direção à uma totalidade aberta. Em um sentido mais amplo, se trata de pensar o lugar da geografia na explicação da realidade em constante transformação. Se é possível pensar que, apesar de seus avanços, a Geografia vive um estado de crise? Deparamos-nos com a exigência de revelar seus sintomas e como consequência, a necessidade de construção de um caminho frente a necessidade de compreensão da realidade a partir da ou através da Geografia. A metageografia é a proposta de um caminho teórico-metodológico de superação do estado de crise em que se encontra a disciplina a partir da prática sócio-espacial como momento explicativo.

Palavras Chave: geografia crítica, metageografia, espaço, prática sócio-espacial

Crisis and overcoming in Critical Geography: constructing the metageography?

Abstract: The starting point of reasoning, developed here, for the construction of which I call metageography is, firstly, the recognition of a state of crisis in Geography, and secondly its role as a possibility, even though it is a science fragmentary, of understanding the modern world, since knowledge can be constituted as a movement toward an open totality. In a broader sense, it is about thinking the place of Geography in explaining the reality in constant change. If it is possible to think that, despite their advances, Geography is in a state of crisis? We face with the requirement to disclose their symptoms and consequently, the need to build a path forward the need to understand reality from or by geography. The metageography is to propose a theoretical-methodological way of overcoming the state of crisis in which the discipline is, from the social-spatial practice as an explanatory moment.

Key Words: critical geography, metageography, space, social-spatial practice.

Introdução

Não resta dúvidas de que, no bojo das aceleradas transformações do mundo moderno, a geografia ela própria se transforma, como

necessidade de compreensão deste movimento em direção à constituição de uma sociedade urbana num espaço mundializado. Hoje o pensamento que apreende o mundo se depara com o fato de que o capitalismo se reproduz em direção ao mundial.

*Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
email: anafanic@usp.br

Momento em que a natureza se torna secundária diante da realidade como construção social.

O ponto de partida do raciocínio, aqui desenvolvido, em direção à construção do que denomino de uma metageografia é, de um lado o reconhecimento de um estado de crise da geografia e de outro seu papel como possibilidade, mesmo em seus limites de ciência parcelar, de compreender o mundo moderno, posto que o conhecimento pode se constituir como um movimento em direção à totalidade. Num sentido mais amplo trata-se de pensar o lugar da Geografia na explicação da realidade.

A compreensão segundo à qual a Geografia é uma ciência em essência social - que, infelizmente, não encontra unanimidade entre os geógrafos - aponta a preocupação com a análise da sociedade, cuja finalidade é o desvendamento das relações entre a sociedade e o espaço. Trata-se, aqui de pensar esta relação como essencialmente produtora, objetivando a realização da reprodução da vida. Em sua condição de sujeito da ação, essa sociedade mantém, portanto, uma relação ativa com a natureza; é assim que ela vai se constituindo através de um conjunto de produções voltadas a reprodução da espécie - como momentos civilizatórios - uma delas é a produção do espaço. E aqui a Geografia assume uma tarefa mais ampla voltando-se para a compreensão da realização da vida, concretamente, através do espaço.

Nessa perspectiva é possível pensar que a sociedade, através de uma atividade produtiva, transforma a natureza em algo que lhe é própria. O que também confere ao espaço uma dimensão histórica pois a sociedade, ao longo do processo histórico, vai se constituindo, estendendo sua atividade pela face da terra, produzindo espaços. Deste modo o espaço pode ser compreendido como momento da construção da humanidade do homem, concretamente, enquanto prática sócio-espacial, apontando a indissociabilidade entre produção do homem e a produção do espaço.

Nosso pressuposto é que o ato que produz a vida é ao mesmo tempo o ato que produz o espaço, enquanto objetividade e subjetividade. Nessa direção desenvolvemos a tese segundo a qual o espaço, compreendido em seu movimento,

se define como condição meio e produto da reprodução do sociedade¹. Significa afirmar que a prática sócio espacial revela a condição objetiva da existência humana - em suas alienações. Também revela, além desta objetividade, a subjetividade contida na consciência que vem desta prática; uma prática que revela dramaticamente, hoje, as crises decorrentes das cisões profundas que pontuam a vida cotidiana.

Esta concepção de espaço obriga o deslocamento do debate do campo da epistemologia para aquele que contempla a relação teoria-prática o que significa a construção da dialética constante entre o plano da vida (realizando-se enquanto prática sócio-espacial) aquele das condições objetivas da existência do indivíduo em direção a sua realização (superando cisões e alienações) e aquele do conhecimento. Portanto da indissociabilidade entre conhecimento e a realidade: espaço enquanto conceito e enquanto prática social-espacial.

Portanto se trata de desvendar a produção/reprodução do espaço como momento da compreensão do mundo moderno - uma tarefa nem sempre fácil. O desenvolvimento dessa tese torna obrigatório o mergulho nos conteúdos do termo “produção”, conseqüentemente aquele de “reprodução”.

1. O estado crítico

Se é possível pensar que, apesar de seus avanços, a Geografia vive um “estado de crise” nos deparamos com a exigência de revelarmos seus sintomas e como consequência a necessidade de construção de um caminho frente a necessidade de compreensão da realidade a partir ou através da Geografia.

Se há um estado de crise este não se refere especificamente à Geografia, nem ao plano teórico, há uma crise real, pratica produto das metamorfoses do mundo moderno que produziu o aumento da concentração da riqueza, a deterioração da natureza, o esgarçamento da sociabilidade, a deterioração do trabalho e a diminuição das possibilidades de emprego, esvaziamento da democracia num mundo voltado ao crescimento como necessidade ampliada da acumulação.

O mundo urbano, principalmente aquele das grandes metrópoles dos países periféricos, revela cenários de devastação, ruína, caos e, com isso, a exigência de soluções que vem impondo a urgência em detrimento de um projeto de sociedade capaz de superar as condições da reprodução atual, colocando em cheque os conteúdos da vida, bem como nossa possibilidade de compreensão deste movimento. Esses planos nem sempre escapam da armadilha da racionalidade do capitalismo em direção à sua reprodução continuada, exigindo uma crítica ao Estado e sua ação.

Na Geografia, em meio a um cenário de crise é possível pensar num caminho em que o pensamento crítico – que tende a esterilizar-se - possa gerar uma outra possibilidade, aquele de construção de uma “metageografia”.

Inicialmente, convém deixar claro: a) a provisoriade do conhecimento decorrente da própria dinâmica da realidade que determina o trabalho de pesquisa, b) a existência de várias possibilidades teórico-metodológicas abertas à elaboração do pensamento geográfico, como ademais estão postas para os campos das ciências humanas; mesmo o que se convencionou chamar (erroneamente) de “geografia crítica” não é homogêneo; c) que a crítica se impõe como necessidade intrínseca da produção do conhecimento.

1.2 A crise da “geografia crítica”: avanços e recuos

Os anos 70/80 colocaram em cheque o procedimento que aplaina o conhecimento geográfico sintetizando-o como pura objetividade e, com isso, abre a reflexão em busca do fundamento da explicação do mundo, possível através da Geografia. Aspecto essencial da Geografia, o tratamento da localização das atividades do homem, de um grupo humano, se abre para pensar que a atividade do homem que além de localizar-se é capaz de organizar um espaço. tirar, depois permitiu a passagem do enfoque da análise para a produção do espaço. Supera-se, neste movimento, a redução da Geografia à localização dos fenômenos que não sem razão, fez do “geográfico” sinônimo de localização dos fenômenos na face da terra, ou

no mapa. A geografia crítica tal qual se realizou no Brasil, nesse período, traz perspectivas profícuas para se pensar o sentido da geografia na análise do mundo moderno, e a responsabilidade social do geógrafo. Nesse caminho deslocou o foco das atividades no espaço para a produção do espaço, e com isso, iluminou-se os conteúdos sociais do espaço.

Esse movimento, no Brasil desenvolve-se sobre as bases a geografia francesa², particularmente, a partir das obras de Lacoste, principalmente seu livro “A geografia serve antes de mais para fazer a guerra” que inspirou toda uma geração de geógrafos brasileiros – seguida pelos conteúdos apresentados na revista Herodote. Esta “geografia crítica” era quase sinônimo de “geografia marxista” desenvolvendo um conjunto significativo de pesquisas apoiados no materialismo histórico. À época, voltava para o Brasil, vindo do exílio o prof Milton Santos que com seu livro “Por uma geografia nova” deu o impulso que faltava ao “movimento de renovação da geografia brasileira, que neste momento elegia a “geografia quantitativa” como seu inimigo de primeira ordem. Colocava-se em cheque a geografia física, como consequência do enfoque da Geografia como ciência social, através do estatuto teórico do espaço.

Outro debate importante do momento fundador desta geografia crítica foi o questionamento da idéia da neutralidade da geografia.

Todavia esta “vertente” geográfica esgotou-se ao focar sua preocupação na compreensão da base material da sociedade, presa à objetividade do espaço. Não sem consciência, prendeu-se em muitos pontos à leitura economicista de Marx (possibilidade contida neste autor) como momentos da produção do capital. “O espaço do capital” direcionava a análise sem que os momentos da acumulação fossem completamente desvendados em sua articulação dialética. Se a industrialização, sob a égide do capital, produziu um espaço, este ganhava a dimensão de um processo de urbanização como induzido pela prática e lógica industrial, como produção do mundo da mercadoria. Essa lógica não esgota a compreensão da realidade.

A exigência teórica permeou o debate

e produziu avanços importantes, cujos fundamentos permitiram a Geografia se consolidar como ciência social alicerçando-se no materialismo histórico permitindo pensar/ construir a passagem do espaço em sua dimensão de localização dos fenômenos em direção à consideração da relação dialética sociedade-espaço, pela mediação do trabalho – dado central do processo de constituição desta “nova geografia” como um modo de entender a realidade brasileira.

Também permitiu a superação de um “geografia da população” – fundada numa massa indiferenciada de indivíduos, em direção a elucidação do sujeito produtor do espaço imerso numa sociedade fundada em relações de classe, essencialmente desigual e contraditória. Esse movimento de superação da Geografia de incontestável importância, produziu uma base explicativa da realidade e conceitos que até hoje frutificam e desdobram-se através de novas categorias de análise como aquela de cotidiano. Também permitiu a construção de uma análise crítica da obra de Marx e suas limitações a partir do reconhecimento das mudanças ocorridas um século depois destes escritos, ao mesmo tempo em que reforça a atualidade de seu pensamento como componente explicativo do mundo moderno.

Todavia se há aprofundamento e desdobramento, há em número ainda maior dissidentes. Isto porque, sinteticamente, essa corrente de pensamento como um todo, mergulhou na crise do marxismo sem produzir sua crítica. Deste modo, muitos geógrafos abandonam-na, sem reflexões mais profundas. Mas o que nos parece central é que com o abandono do se convencionou chamar erroneamente de “geografia crítica” ocorreu o abandono do próprio sentido do pensamento crítico com o mergulho necessário no desvendamento da lógica da reprodução da sociedade capitalista reduzido à críticas periféricas.

Perdeu-se muito tempo e gastou-se muita tinta com o debate em torno do fato de que Marx teria privilegiado em sua análise o tempo e não o espaço, o que parece trata-se, a meu ver, de um falso debate; posto que a questão não é aquela de buscar uma Geografia em Marx, mas de analisar a potência de seu método de análise na explicação do mundo moderno. Consequência desta fato, a

ausência de uma crítica a seu pensamento, aos limites e a necessidade de superação de suas idéias – escritas nos século XIX- por dentro de seu pensamento, permitiu que muitos geógrafos sem abandonassem o legado de Marx com “certa facilidade” e o método “pós-moderno”, facilitou esse comportamento aliviando as consciências na medida em que permite a “mistura de vários métodos” de forma a-crítica.

O movimento crítico não foi suficiente para barrar o aprofundamento da especialização. A Geografia se divide e se subdivide ao infinito. A “geografia do turismo” que longe de desvendar a produção do espaço como momento da reprodução do capital, desloca o raciocínio da produção do espaço enquanto mercadoria – isto é da constituição da transformação das particularidades do lugar em mercadoria de consumo turístico em função da possibilidade de transformar o tempo de não-trabalho em tempo de consumo produtivo – para a produção de um saber que permite, com maior competência, “vender o espaço”. Revelando um dos momentos em que a geografia se torna um saber produtivo.

Outro caminho é a preocupação com a crise ecológica gerando uma “geografia ambiental”, aonde a noção de espaço tornada “meio ambiente” caminha na direção do esvaziamento dos conteúdos espaciais na reprodução social para mergulhar na crise ecológica como crise da natureza e não da acumulação capitalista que num primeiro momento transformou a natureza em recurso natural, e que como consequência fez com que a natureza entrasse na lógica mercantil, aonde a busca incessante do lucro a curto prazo (principalmente nos países periféricos), criou sua deterioração, transformando-a em raridade. Nesta condição – e raridade- alavancou a acumulação do capital e socializou a devastação. Na esteira da continuação do processo de acumulação esta crise tornou-se, ela própria, possibilidade de reprodução na medida em que a natureza tornada rara, pelo processo de produção capitalista, em seu movimento contraditório de realização, encontra nesta raridade novas formas de lucro. Nesse contexto novos produtos anunciados no mercado, na esteira da raridade, aparecem como possibilidade de ampliação da base social na qual

é possível ampliar a acumulação: vende-se o "verde" como particularidade dos condomínios fechados, produz-se o turismo ecológico, cria-se a necessidade de uma nova qualidade de vida que sustenta um amplo mercado como aquele da alimentação, das práticas esportivas, do vestuário, etc. E um discurso, aquele da necessidade, dentre eles o da "educação ambiental" como possibilidade de superação da crise. No plano do conhecimento e fundada na inteligibilidade do ecossistema, produz-se uma geografia ideológica em seu fundamento.

Assim o movimento do pensamento geográfico em direção ao esvaziamento do conteúdo social do espaço – num caminho inverso às conquistas da geografia crítica-, revelando-se, prioritariamente, de dois modos. O primeiro refere-se ao movimento do pensamento geográfico que transforma o "espaço" em "meio ambiente" sem maiores debates ou reflexões, promovendo a naturalização dos conteúdos sociais do conceito e realidade espacial. O segundo modo é a transformação do espaço em "meio técnico científico informacional" com a priorização da técnica como elemento de mediação da relação sociedade-natureza em substituição àquela de "trabalho".

Uma outra vertente que sai, em parte deste movimento, é a "refundação" de uma nova Geografia cultural que, se a princípio, pode ser lida como uma tentativa de dialetizar o determinismo econômico que permeou a geografia crítica, antes de produzir uma crítica do econômico fez o que critica, autonomizou a cultura, como muitos fizeram com o econômico, como único nível possível de compreensão da realidade.

A aparente transparência do espaço, como objeto da Geografia, produziu várias simplificações como uma geografia restrita ao mundo fenomênico, colocando-nos diante de um espaço imediatamente objetivo, em sua materialidade absoluta. Ou em sua pura subjetividade prendendo-se nas particularidades do espaço.

Se a realidade é uma construção objetiva, material, ao mesmo tempo, a sociedade para além de um processo de objetivação, inaugura um processo de subjetivação na medida em que adquire consciência prática desta mesma

realidade. Esse processo de subjetivação não se refere, portanto, ao o plano fechado do indivíduo, deslocada de sua prática sócio-espacial produtora de uma consciência coletiva, com isto permitindo enfocar o vivido e o percebido inter-relacionados e não separados. Por outro a análise crítica revela lugar da cultura no pensamento e na prática social em suas contradições. Há no mundo moderno um movimento que liquida o passado e a cultura em seus conteúdos e referenciais imergindo-as no plano do mercantilização como elemento definidor de um consumo produtivo do espaço – os espaços turísticos. O modo como a cultura tornada mercadoria permite é um a potência nesse processo de reprodução do capital, não sem antes transformar a própria história em cultura. A noção de produção do espaço ilumina o papel e o lugar da cultura na totalidade constitutiva da realidade social.

O momento atual de produção do espaço revela que a cultura, esvaziada de sua capacidade criativa, dissolvida em culturas particulares, oficializada, liberta-se de todo conteúdo revelando o momento em que a história se torna cultura e nessa condição entre na lógica do mercado. Tornada fenômeno cultural podemos no limite afirmar que esse movimento da realidade atualiza a alienação no mundo moderno.

Podemos apontar como uma hipótese para o debate a idéia de que o arrazamento no espaço dos referenciais que produzem a identidade que sustenta a memória pode ser o indicativo do raciocínio que mergulha na "cultura" como elemento de apoio para a análise geográfica do mundo, num momento em que a cultura ela própria se esvazia de sentido.

A Geografia, hoje, caminha à passos largos à especialização e nessa direção fragmenta-se, a autonomização dos planos da realidade, perde seu caráter explicativo do mundo moderno em sua totalidade para prender-se a "localismos e subjetivismos".

Esse momento também permitiu que a preocupação com a construção de uma teoria geográfica conduziu a busca da natureza do espaço. Em alguns casos esse comportamento foi em direção à construção de uma ontologia do espaço – como negação quase que total da

dimensão empírica real tratada pela geografia até então. Trata-se, no entanto, a meu ver, de elucidar sua natureza no plano da prática dialetizando sua dimensão expressamente objetiva. O problema se encontra em superar não negar essa materialidade do espaço tratado pela Geografia. Sinaliza na direção de a partir desta materialidade caminhar na direção da compreensão do modo como a sociedade produz sua vida, perspectiva esta, aberta pelo materialismo histórico que fundou e orientou a constituição da geografia crítica no Brasil.

Por sua vez como consequência da invasão do tempo rápido do processo produtivo no ato de pensar, o neocapitalismo impõe à todos a necessidade de produção de um conhecimento que vise a sua reprodução continuada, nessa perspectiva. A Geografia, preocupada em voltar-se às necessidades reais do mercado, realiza-se enquanto saber técnico reduzindo-se a ideologia.

Finalmente completando sinteticamente o cenário da crise da Geografia, nos deparamos com a intolerância frente as diferenças em direção a construção de um “pensamento único” que vem esterilizando o debate acadêmico colocando o julgamento antes do comportamento crítico que é um dos pilares da produção do conhecimento.

A partir da crítica da Geografia e do conhecimento geográfico trata-se de construir um caminho que busque, a partir da materialidade incontestável do espaço, os seus conteúdos mais profundos – redescobrimo os sujeitos e suas obras.

Tal abordagem obriga-nos a enfrentar o desafio de compreender como se atualiza a alienação no mundo moderno e como se formula metodologicamente a problemática do mundo moderno. Repõe, como ponto de partida, o conhecimento referenciado na prática. Nesta direção a imediatividade do mundo revela –nos a cidade como forma dominante reprodução das relações sociais.

2. A prática sócio-espacial como momento explicativo

Como afirmamos, há uma profunda indissociabilidade entre produção do homem e a produção do espaço. Na geografia, é possível

construir um pensamento capaz de revelar o movimento que vai da localização dos homens e de suas atividades na superfície da terra à produção do espaço como momento da produção da vida em todas as suas dimensões – como movimento da reprodução da sociedade (ao longo da história). Nessa direção a análise do espaço apresenta-se como revelador das relações sociais; sua produção e o caminho de sua reprodução. Nesse sentido o ato de produzir a vida é um ato de produção do espaço.

Assim se compreende o espaço como condição/meio e produto da reprodução social, processo que revela, hoje, a profunda contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada, isto é, o espaço-tempo aonde se confrontam as necessidades da acumulação do capital com aquelas necessárias à reprodução da vida em seus significados mais profundos o que justifica a centralidade da noção de produção aqui desenvolvida.

Esta noção (de produção/ reprodução do espaço) permite, também considerar o movimento que vai da “diferenciação espacial” como análise das particularidades dos lugares, ao estudo da prática sócio-espacial como conteúdo do lugar – revelando a condição objetiva da existência humana em suas alienações.

A noção de produção, como aparece na obra de Marx e Lefebvre, tem uma dimensão filosófica – o pensamento não concebe apenas a produção material, mas também o conjunto dos processo e relações sociais. Isto é, produção/ reprodução das relações sociais em todas as suas dimensões (incluindo suas possibilidades) como constitutivas do humano. Deste modo a noção de produção nos coloca diante da “produção do próprio homem”.

A formulação de Marx sobre a auto - produção do humano (que tem como ponto de partida a obra de Hegel) permite pensar que “há historicidade fundamental no ser humano, ele cria, se forma, se produz pelo próprio trabalho e sua atividade é criadora de obras. Produzindo objetos, bens, coisas, ele constitui seu mundo humano”³. Deste modo a formulação sobre a possibilidade do homem se auto-criar no processo histórico produzindo seu mundo com determinações próprias de cada época, abre a possibilidade de

compreensão da produção do espaço como produto histórico, condição necessária da realização da vida material, como conteúdo da práxis. O sujeito se realiza produzindo-se praticamente, numa luta freqüente contra a natureza e entre as forças políticas e sociais. Deste modo a natureza produz o homem; no homem, pelo trabalho. A produção continuaria, assim, o processo da natureza – processo no qual o humano produz-se a si mesmo⁴.

A relação homem – natureza em Marx reúne, portanto, naturalidade e historicidade, historização da sociedade e naturalização do homem. Uma natureza que só se transforma em mundo histórico quando sua negatividade se realiza pelo trabalho e pela guerra. Pelo trabalhador que muda a natureza. “O homem nasce no mundo como interação do vácuo que abole o ser inicial (natural) no e pelo tempo histórico (...) deste modo a produção envolve a criação e caracteriza o ser humano que se produz e se reproduz. Uma produção portanto que não é apenas de objetos mas de um espaço e de um tempo. Bem como produção de relações – tempo elaborado pela prática social. Há reprodução do eu (consciência) e do mundo (o outro). “No homem, pelo trabalho e luta a produção é a história no curso da qual o ser humano se produz a si próprio”.⁵ O que implica na indissociabilidade homem / natureza. Produção entendida em seu sentido amplo e produto não reduzido à uma coisa, ilumina sua realização como relação histórica e social. A noção de produção revela portanto, a reprodução como consequência e essência do processo histórico – criação e recriação tanto individual quanto da sociedade.

Nesta perspectiva, o processo de produção do espaço tem como pressuposto a natureza, envolve um conjunto de elementos, fundados na atividade humana produtora, transformadora, bem como na vontade e disposição, acasos e determinações, conhecimento todos estes voltados à reprodução da sociedade. Nesse processo, transforma-se a natureza em mundo, uma realidade, essencialmente, social. Essa luta de morte na construção do mundo é a condição constitutiva do espaço - uma objetividade que pode ser traduzida na prática sócio-espacial em seu processo conflituoso. O mundo aparece hoje como produção em movimento de relações sociais

de poder delimitação e superação de fronteiras e, cada vez mais distante de uma natureza primeira. Processo conflituoso o homem se depara com as forças naturais, luta contra ela no sentido de superá-la.

Assim se de um lado o homem produz, em vários momentos históricos, as condições necessárias à produção/reprodução da vida ele o faz produzindo a si mesmo como sujeito ativo. Por sua vez essa atividade produz um mundo e um conhecimento sobre esse mundo. Permite-se assim, deslocar (sem, todavia, ignorar) o sentido da produção para além de sua dimensão econômica e da produção de mercadorias e produtos strito sensu. Nesse sentido o espaço como produção é expressão prática daquilo que a civilização, ao longo do processo histórico, foi capaz de criar. Portanto a natureza é hoje social, a crise ecológica com a qual nos confrontamos, entre outras crises reveladoras do mundo moderno é um processo social por excelência.

A natureza social do espaço esclarece o mundo moderno a partir de duas dimensões:

a) **objetiva** – a paisagem e morfologia revelariam os modos de apropriação dos espaços-tempos da vida limitadas pelas fronteiras internas da propriedade privada e da existência/normatização dos espaços públicos.

A produção da vida se realiza como produção de um espaço, aquele da prática sócio-espacial. Com isso quero dizer que as relações sociais que o homem mantém como condição de sua realização- requer ou melhor realiza-se num espaço - tempo definido: a casa a rua, o bairro e a cidade sinalizam os lugares desta realização. A objetividade do processo de constituição do humano por ele mesmo, como auto-criação é o sentido apontado pelo materialismo histórico. O sentido da objetividade em Marx aponta a natureza se transformando em mundo histórico – como prática em suas determinações, decisões, acasos. A vida e as condições da vida se realizam enquanto objetivação prática revelando um espaço-tempo da ação desvela o uso como forma de apropriação, não sem deixar de revelar a dimensão do o corpo como espacialidade humana.

A produção social do espaço como

análise da realidade, e seu fundamento, ilumina o processo e as contradições que reunidas produzem a exterioridade atual da produção do espaço bem como os caminhos possíveis de superação das mesmas em direção a construção de outro tipo de sociedade, colocando em questão a propriedade, a fragmentação do espaço, a segregação, definidoras desse processo. Aqui se constitui a Geografia como ciência social.

Do ponto de vista do capital, os termos da reprodução se elucidam, hoje, na produção de um espaço mundializado como realização do capitalismo - no sentido em que capitalismo necessita superar os momentos de crise da acumulação em direção a novas produções revelando um novo papel para o espaço. Este processo indica o movimento que vai do espaço enquanto condição e meio do processo de reprodução econômica ao momento em que (aliado a esse processo) o espaço, ele próprio, é o elemento da reprodução graças à mudança do papel do solo urbano na economia. Isto porque estamos no âmbito do capitalismo imersos nas necessidades sempre presentes de sua acumulação continuada que repousa sobre a necessidade constante de realização do valor, num processo que se desenvolve e se transforma ao longo do tempo. As contradições que surgem do processo são constantemente superadas através da invenção de novas possibilidades capazes de ampliar a base social o que significa que crises e superações marcam esse processo.

Nesse sentido o espaço ganha uma nova amplitude para o processo de reprodução em seu sentido amplo:

a) como reprodução do capital a partir da realização do capital financeiro que toma o espaço como fonte de valorização - refiro-me ao movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro, com a construção de um “novo espaço” e da transformação dos conteúdos das relações de dependência;

b) através do turismo, como novo setor produtivo, na medida em que os lugares passam a ser consumidos através de suas particularidades existentes ou criadas com este objetivo, O tempo da vida invadida pela troca permitiu o

desenvolvimento do turismo e do lazer como lugar da reprodução. O lazer na cidade permite a criação de uma rede de lugares destinados ao consumo produtivo das horas de não-trabalho. O turismo coloca à venda particularidades dos lugares construindo o movimento que vai do consumo no espaço ao consumo do espaço levando as últimas consequências a mercantilização do espaço.

c) o narcotráfico ele também um atividade produtiva nova exige, para realizar-se a produção do espaço como “território de proteção” à atividade – condição e meio de sua realização, reestruturando a vida, as formas de acesso e o uso dos lugares a ele submetidos, criando uma rede de atividades, normatizando, vigiando, impondo-se na prática sócio espacial, criando a sua, sem os quais esta atividade seria impossível.

d) por sua vez a produção ilumina o cotidiano que permite ou faz emergir com toda a sua força as situações de conflito que permeiam e fundam a prática sócio-espacial (que contém um tempo vivido), e com isso atualiza as alienações - aponta o devir capaz de orientar o pensamento e um projeto de sociedade através das lutas pelo e em torno do espaço como lugar/produção da vida humana. Trata-se aqui de novas formas de realização da reprodução social passível de ser entendida a partir do plano da metrópole que aparece como o lugar aonde se pode compreender de forma mais clara seus conteúdos os ritmos das mudanças, o modo como a globalização se realiza, bem como as lutas que se estabelecem questionando a lógica da reprodução social.

Na obra de Lefebvre o cotidiano como categoria de análise - traz o vivido para o pensamento teórico - permite deslocar o foco e o sentido da produção da esfera do econômico para aquela do social sem evidentemente desconsiderar aquela. Sua noção aparece como exigência de explicação do momento histórico em que o capitalismo para continuar se reproduzindo precisa ampliar a base social no qual realiza a acumulação, portanto a requer a multiplicidade de objetos de consumo de todos os tipos. Isto porque o capitalismo tende a reduzir a diferença à homogeneidade, toda sociedade reduzida, segundo as estratégias da reprodução das relações de produção que programam o cotidiano como cenário

necessário a reprodução no momento histórico. A vida invadida pelo tempo produtivo realizada em espaços produzidos para este fim.

A instauração do cotidiano como exigência da acumulação aprofunda a desigualdade aonde a relação entre os indivíduos se faz pela mediação de mercadorias e imagens. Aqui a produção de objetos apaga a conexão produto/ produtor e se impõe como deslocando forma e conteúdo, o produto é consumido como imagem que se impõe – do indivíduo se realiza nas imagens que veicula através de seus hábitos, lugares freqüentados, objetos consumidos. Assim a mercadoria é consumida duplamente como imagem que se impõe e como uso e o objeto perde sua origem e se reduz à sua forma.

O cotidiano, nesta direção aparece como exigência da reprodução do capital como produto da história. O cotidiano como mais simples e o mais ordinário exige segundo Lefebvre, uma explicação, envolve por sua vez a superação de seu entendimento como o cenário dos gestos repetitivos, como rotina massacrante. Nessa direção o cotidiano é o espaço-tempo dominado pela troca e pelo mundo da mercadoria- e nesta direção o cotidiano se estabelece como exigência organizando-se na repetição, produzindo espaços-tempos repetitivos. Revela ou permite a compreensão do vivido e do percebido como lugar de construção de uma concepção do mundo em suas contradições. Revela também de forma clara a subjetividade, como consciência coletiva que se auto-cria no processo de produção do espaço. Portanto, não se trata, aqui, apenas do enfoque no indivíduo em si, aspirações e desejos no plano individual (percepção que permite depreender o modo como a alienação é vivida), mas como reprodução de um a história consciente coletiva. Nessa direção o cotidiano pode ser compreendido como o lugar do conflito entre o racional e o irracional, lugar do desejo que permite a existência dos homens por isso Lefebvre chama atenção para o fato de que o cotidiano não coincidir com a realidade, na medida em que contempla a subjetividade fluída, as emoções, afetos, hábitos que dizem respeito ao conjunto da civilização, à vida do homem nas transformações no uso porque há modificações no modo de apropriação dos

lugares que fundam a prática sócio-espacial entre o efêmero e o que persiste.

O espaço deste cotidiano, ele próprio apresenta-se como fragmentado. A fragmentação fundada na extensão do valor de troca como condição da acumulação criam os cenários da modernidade – ruas amplas, pontes e viadutos tecnologicamente avançados, edifícios de vidro cada vez mais altos, espaços públicos cada vez mais esvaziados. Isto porque a produção do espaço se realiza como processo de valorização do valor colocando-nos diante do consumo produtivo do espaço – ele é fonte de investimento, o que exige a intervenção que renova a exploração. Dá a produção do espaço um sentido estratégico. A expansão e extensão do capitalismo como processo de realização do capital através da valorização constante pela produção e mercantilização da mercadoria, mudou o sentido da produção dos bens necessários à produção da vida.

A reprodução do espaço repõe constantemente a dialética entre apropriação / propriedade privada justificada pelos poderes jurídicos como fundamento da segregação e no papel disciplinador do Estado em relação à construção de instrumentos de controle do espaço, de direcionamento dos investimentos; com isso os movimentos sociais questionadores desse processo que aprofunda a desigualdade encontrando seu limite na exacerbada concentração da riqueza.

Desta forma o cotidiano revela um espaço e um tempo, trata-se do uso do espaço enquanto emprego do tempo invadidos por uma lógica e racionalidade inerentes à reprodução do capital, sob a égide do Estado, aonde as formas de segregação revelam a propriedade em seu sentido pleno, isto é em sua condição de propriedade “privada”. Nesta condição, paira abstratamente, sobre a sociedade invadindo os modos de uso do espaço delimitando e direcionando a prática espacial, explicitamente os limites impostos à apropriação do tempo e do espaço.

Por sua vez a ação do capital em direção da acumulação como processo de valorização constante sobre a base reprodutiva da sociedade produz novas representações, a universalização dos valores de consumo, a desterritorialização da cultura, aonde a mídia e

o cinema assumem uma eficácia assombrosa. Com isso celebra-se o presente como consumo do espetáculo constante, enquanto a vida realiza-se como reino da passividade absoluta.

Na prática social, o espaço vivido como fragmento, percebido como estranhamento, encolhe as possibilidades do entrelaçamento das ações que pontuam a vida capazes de permitir / renovar os eventos cotidianos que sustentam a vida como imposição de um tempo se esboroam revelando a “produção amnésica do espaço”⁶. O esvaziamento das ruas dos bairros, o escaceamento das festas a espetacularização do que resta, produzem novo quadro de representação aonde a ação do estado que controla, normatiza os usos, define tempo-espaço das ações, orientando com sua ação o crescimento econômico através de uma ordem planificadora do espaço e do tempo. A vida doméstica invadida pelo tempo da sociedade produtivista, pela sua transforma os indivíduos em espectadores.

A acumulação diz respeito ao processo de produção da mercadoria – seja ela material ou imaterial - o processo de reprodução engloba este plano para superá-lo em direção à compreensão da reprodução social dentro e fora da fábrica, estendendo-se à cidade, ao político, às suas relações com o econômico, ao plano das relações sociais contemplando o universo da vida cotidiana como prática sócio espacial. Aqui trata-se do processo de abstração do espaço e do tempo que transformados pelas novas estratégias da reprodução do capitalismo, caracterizam a modernidade contemporânea. Esse processo de abstração invade a vida submetendo-a aos modelos éticos e culturais de uma nova ordem. Aqui a tendência a constituição de um mundo globalizado depara-se com a automização dos momentos da vida presa a um individualismo exacerbado sob a égide dos movimentos constitutivos do valor de troca.

A mundialidade do espaço se manifesta claramente na medida em que, ou a partir do momento histórico no qual o capitalismo ao se desenvolver realiza suas potencialidades, expandiu-se e tomando o mundo. Mas essa expansão de se um lado é material, concretiza-se num espaço real construindo os chamados

“cenários pós-modernos” integrando os espaços ao redor do mundo sob uma mesma lógica, e sob esta orientação permitiu que junto com a integração se realiza-se a desintegração de vastas áreas periféricas, de outro penetrou nas relações sociais metamorfoseou-as, mudou valores, transformou a cultura desterritorializou-a junto com as idéias e comportamentos. Desenvolveu o mundo da abstração como lugar da reprodução.

No plano da cultura a tendência em direção ao mundial, permitiu a constituição de uma cultura mundial como processo de desenvolvimento do mundo da mercadoria. Nesta orientação o momento atual transformou a cultura em indústria cultural e nessa condição produziu marcas apoiadas nela – uma das mais marcante seja a criação da “marca Louvre”⁷ revelando o processo de desculturação que permitiu pensar na desterritorialização da cultura.

Portanto se a mundialização aponta uma virtualidade aonde a reprodução se realiza como extensão física do processo, cria a “mundialidade do espaço”, há a reprodução de um tipo de sociedade fundada em valores de consumo universais, valores morais fundados no mundo do dinheiro e da produção de imagens a ele associada que aponta a constituição de uma sociedade urbana, como tendência. Com ela a desterritorialização da cultura, a explosão dos lugares da vida, a massificação dos valores, hábitos. Um conjunto de valores que embasa a sociedade e um modo de vida se estabelece sustentando uma nova ordem que penetra concretamente na prática sócio-espacial, gerando novas formas de conflito.

Decorrência deste processo a constituição de uma “identidade abstrata”⁸ amalgamando a sociedade moderna. Convém não esquecer que a ideologia impôs um novo conceito “qualidade de vida” e como conteúdo o mundo da imagem apoiando o desenvolvimento da sociedade de consumo dirigido.

A modernidade poderia ser caracterizada pela imposição do tempo efêmero em justaposição a produção de um espaço amnésico como elementos definidores da prática sócio-espacial como consequência do movimento da reprodução capitalista, vivida como prática sócio espacial. A produção do espaço como exterioridade

atualiza o modo como se realiza a alienação no mundo contemporâneo.

Mas o cotidiano guarda também, como escreve Lefebvre, o que escapa e se contrapõe a este mundo de mercadorias e imagens; normatizado e burocrático. Ele é, também, resíduo e neste sentido ele é o lugar da superação das alienações que o envolvem. É campo da espontaneidade.

Se o cotidiano se realiza assim como separação e cisões aonde a passividade imposta pelas lógicas capitalista que parece reinar, revelando o seu "outro", a cidade é o lugar, por excelência da improvisação, conserva a festa e permite o encontro, a vida se realizando como evento criativo.

Nesta perspectiva, poderíamos afirmar que não existiria um "espaço geográfico", mas uma compreensão do espaço pela Geografia como possibilidade de compreensão do mundo – condição, meio e produto desta reprodução.

3. a metageografia como proposta

Quando refiro-me a "metageografia" não pretendo, com isso, fundar outra Geografia, nem tão pouco criar uma nova subdivisão da geografia, é antes a proposta de um caminho teórico-metodológico de superação do estado de crise em que se encontra a disciplina, nos termos aqui desenvolvidos.

Pode ser pensada como o caminho em busca dos fundamentos da Geografia enquanto ciência social aonde se localizariam as bases de constituição no humano, num retorno à filosofia. O ponto de partida, já anunciado, é o entendimento da produção do espaço como momento da construção da humanidade do homem, revelando-se como espaço-tempo da atividade que produz o homem e o mundo - as condições objetiva da existência humana tanto quanto a subjetividade contida na consciência que vem da e na prática – com a prática. Uma prática que revela dramaticamente crises.

Esta concepção de espaço nos obriga a deslocar a análise do campo da epistemologia para aquele da realidade humana; as condições objetivas da existência do cidadão em direção a sua realização superando cisões e alienações, bem

como a produção alienada do espaço.

Nessa direção inclui uma investigação sobre o possível – legado de Marx que significaria a unidade do real e do conhecimento, da natureza e do homem que explora a totalidade em devir. Um devir que surge no interior do pensamento e se abre para o mundial. Portanto o desvendamento da espacialidade da sociedade, envolve a possibilidade do pensamento utópico.

A metageografia propõe uma nova inteligibilidade – fornece um ponto de partida: onde a atitude crítica e a reflexão radical colocam-se como atributos indispensáveis para a compreensão do mundo moderno em sua totalidade. A crítica radical realizando o movimento de sua superação como possibilidade de uma crítica da geográfica através da análise dos conteúdos, alcance e limites dos conceitos, pode revelar o espaço como condição, meio e produto da reprodução da sociedade capitalista com a extensão da reprodução à vida cotidiana pela imposição de uma nova relação espaço-tempo; estado/espaço; capital/espaço, revelando controle político que mantém essa reprodução, criando conflitos.

Os termos de uma meta-geografia como caminho de superação a) da redução da problemática espacial àquela da gestão do espaço com o objetivo de restituir a coerência do processo de crescimento; b) a atomização da pesquisa cada vez mais invadida pelo tempo rápido c) da subjugação ao saber técnico que instrumentaliza o planejamento estratégico realizado sob a batuta do Estado, justificando sua política; d) do discurso ambiental que esvazia a relação sociedade-natureza, identificando a dimensão social e histórica da produção do espaço à sua dimensão natural. Com isso é capaz de questionar a estrutura contratual em que repousa nossa sociedade em direção a constituição de um direito capaz de superara a contradição fundante da produção espacial – produção social / apropriação privada, realizando o social em torno da realização das possibilidades plenas da apropriação do espaço.

O homem "tem necessidade de agir, de produzir, de criar para existir humanamente, mas as condições de vida se opõem a isso" – o processo de reprodução do espaço revela esse movimento de reprodução da sociedade capitalista no modo

como a cidade se constrói como exterioridade, no modo como é vivida como estranhamento, posto que os produtos da produção humanas se autonomizam, dotadas de potência regem a vida na cidade. “As formas regem o ser. E o conteúdo de onde saem. Elas possuem uma capacidade estupenda de reduzir o ser e o conteúdo eliminando o que as atrapalha (...) fixando-as numa ordem que vem de fora (a tal ponto que atribui-se a elas uma origem sobrenatural) mas que se impõe porque ordena. Os fetiches, cuja análise destrói o prestígio e deve destruir a influência, reinam sobre os seres humanos (sociais) incarnam-se nos dominadores”.⁹ A alienação é portanto concreta e múltipla “inicialmente religiosa, depois metafísica, econômica, política, ideológica à qual é necessário acrescentar a mais valia e a negação do trabalho assalariado, negação inaugurada pelo conceito que desvenda a situação e coloca fim ao desconhecimento”.¹⁰

A prática sócio-espacial revelaria a dimensão da produção do espaço como negação da apropriação, posto que dominada pelo valor de troca - como condição da existência e extensão da propriedade privada que esvazia o uso e define as estratégias das políticas urbanas na direção da realização da reprodução social. Em conflito a reprodução da vida entra em choque com as políticas que produzem a cidade na direção da realização da reprodução política e econômica (não sem conflitos entre esses dois planos) produzindo a cidade enquanto fragmentação de lugares e momentos da vida urbana. A prática sócio espacial na cidade vai realizar/revelar as fragmentações da vida (do indivíduo) e da cidade. O cotidiano é a instância que liga espaço-tempo e que revela o esvaziamento e enfraquecimento das relações sociais na cidade - perda de referências, o isolamento, as cisões às quais a vida esta submetida em espaços-tempos separados, funcionalizados.

A análise envolve, portanto, a exigência de um momento crítico - como aquele da interrogação, da busca da totalidade como necessidade de superação das fragmentações às quais o pensamento esta submetido. Aqui a geografia se encontra defronte de seus limites, ao mesmo tempo em que encontra possibilidades, de compreensão do mundo moderno na totalidade

em transformação como realização da atividade humana. Trata-se, portanto de encarar os limites e possibilidades de uma “ciência parcelar”, de superar suas próprias fragmentações e atingir a compreensão do mundo como totalidade orientada pelas possibilidades constitutivas de um pensamento que se pretende crítico e nesta condição capaz, ao mesmo tempo de integrar “o racional (conhecimento, conceitos) e o irracional aparente (o vivido) numa totalidade que tem um movimento interno voltado para o social”, portanto, capaz de realizar um caminho que articule, sem distinguir, o prático-teórico, o conhecimento e a realidade como apontado por Lefebvre. Refiro-me, especificamente á possibilidade de uma nova inteligibilidade, produto de uma crítica radical, capaz de desvendar os conteúdos da realidade social através da análise do espaço.¹¹

Marx revelou, segundo Lefebvre ¹²o essencial do pensamento crítico, a sua potência em desvendar pelo saber, pela análise crítica, a realidade escondida dissimulada pelas formas. A máscara e a dissimulação, desvendando as aparências, particularmente em relação à natureza do político e do econômico. O modo como a liberdade a igualdade e justiça na sociedade capitalista é apenas aparência. Deste modo o pensamento descobre uma essência, uma substância escondida como confrontação da ciência com a prática, voltada para a totalidade.

A crítica, como atitude envolve captar as possibilidades existentes num mundo em transformação, em sua complexidade como totalidade realizando-se, hoje, como mundialidade, ultrapassando a mera constatação das coisas o que exige a crítica da Geografia abrindo o caminho teórico necessário para elucidar a dialética do mundo. O radical, como comportamento que vai a raiz exige o desvendamento da sociedade em que vivemos - imersa em contradições que eclodem em conflitos e que vão revelando a necessidade de uma crítica ao capital e às sempre renovadas “formas de lucro”, bem como as novas formas de submissão do indivíduo ao econômico, o empobrecimento do humano preso ao universo das coisas orientadoras das necessidades que se encontram travestidas em desejo, saciados no plano do consumo. A radicalidade exige a construção de um projeto

de “sociedade nova” fundada numa “ciência renovada” capaz de colocar no centro do debate as necessidades da realização da humanidade do homem livre das ideologias e representações vindas do mundo das coisas, manipulado pela comunicação midiática e pelo Estado.

A exigência é a construção de um conhecimento que desnude as relações sociais e que nesta condição permita fundar o projeto de uma outra sociedade. Como diria Heller¹³ a diferença entre o radicalismo de esquerda e o de direita é que o primeiro considera a humanidade como valor social supremo, colocando-a no centro e objetivo do projeto.

Nesta direção a crítica radical do existente em sua totalidade pode apreender a via e o caminho para a construção de um projeto de sociedade, como crítica ao estado, á existência da

propriedade privada da riqueza como possibilidade de superação da contradição posta no processo de produção espacial entre sua produção social e sua apropriação privada. Isto porque a propriedade privada revela a alienação do mundo moderno realizando-se de forma concreta, na prática sócio-espacial cindida, numa urbanização que se realiza como negócio, isto é como possibilidade renovada da reprodução do capital.

Na reflexão aqui desenvolvida a idéia de superação da Geografia por uma metageografia aparece como **hipótese**. Pensar nesta direção significa pensar no futuro da geografia – em direção a um horizonte respondendo questões que emergem do real para compreende-lo em seus conteúdos mais profundos. Assim, “o saber adquirido coloca-se em questão e o momento da dúvida pertence ao saber como aquela da afirmação”.¹⁴

Notas

1. Tese desenvolvida no livro A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia, Editora da USP, São Paulo, 1994
2. De forte tradição francesa a geografia brasileira sempre esteve muito mais voltada para a França do que para os USA.
3. Henri Lefebvre, Marx, página 55
4. Henri Lefebvre, La fin de l’histoire página 45
5. idem, ibidem, página 4
6. in Ana Fani Carlos 'Espaço e tempo na metrópole, São Paulo, Contexto, 2001
7. Reanud Camus, La grande déculturation, Paris, Fayard, 2008
8. Ana Fani Carlos, Espaço e tempo na metrópole, São Paulo, Contexto, 2001
9. Henri Lefebvre Une pensée devenue monde. Paris: Fayard, 1980. página 116
10. Henri Lefebvre Une pensée devenue monde. Paris: Fayard, 1980. página 118
11. Henri Lefebvre Une pensée devenue monde. Paris: Fayard, 1980, página 118
12. Henri Lefebvre Une pensée devenue monde. Paris: Fayard, 1980. página 90
13. Agnes Heller, *A filosofia radical*. São Paulo: Brasiliense, 1983
14. Henri Lefebvre Une pensée devenue monde. Paris: Fayard, 1980. página 75

Bibliografia

AURIAC, F.; BRUNET, R. *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard (Fondation Diderot), 1986.
CAMUS, R., *La grande déculturation*. Paris: Fayard, 2008

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. 2ª. edição. São Paulo: FFLCH Edições, 2009. Disponível em: <www.gesp.fflch.usp.br>

_____. A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____.(org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001. (2ª. edição no prelo)

_____. O direito à cidade e a construção da metageografia. *Revista Cidades*. Presidente Prudente, vol. 2, n. 4, 2005, pp. 221-247. (Grupo de Estudos Urbanos - GEU)

_____. *O espaço urbano*. São Paulo: FFLCH Edições, 2009. Disponível em: <www.gesp.fflch.usp.br>.

CLAVAL, P. *La pensée géographique*. Paris: PUF, 1982.

GEORGE,P *Fin du siècle en occident.: déclin ou métamorphose?.* Paris: PUF,1982

HARVEY, D. *Los limites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura, 1990.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, A. *A filosofia radical*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. *Tratado de geografía humana*. Barcelona: Editorial Anthropos, 2006.

LA BLACHE, P. V. de *Tableau de la géographie de la France*. Paris: La table Ronde, 1994.

LACOSTE, Y. A geografia serve antes de mais para fazer a guerra.....

_____. *Paysages politiques*. Paris: Biblio Essais, 1990.

LEFEBVRE, H. Marx, _____ *Le droit à la ville*. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

_____. *Le materialisme dialectique*. Paris: PUF, 1971.

_____. *Les temps de méprises*. Paris: Stock, 1975.

_____. *Une pensée devenue monde*. Paris: Fayard, 1980.

_____. *Le retour a la dialectique - 12 mots clés*. Paris: Méssidor, 1986.

_____. *La fin de l'histoire*. Paris: Ed. Anthropos/Econômica, 2001.

_____. *Metafilosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LE LANNOU, M *La Géographie Humaine*. Paris : Flammarion, 1949

LÉVY, J. *Le tournant géographique*. Paris: Belin, 1999.

LÉVY, J. ; LUSSAULT, M. *Logiques de l'espace, esprit des lieux – Géographies à Cerisy*. Paris: Belin, 2000.

MARX, K. *Grundrisse, 2. Chapitre du capital*. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

_____. *El Capital*. México: Siglo Veinteuno, 1984.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. Bogotá: Editorial Pluma, 1980.

MASSEY, D. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

ROUGERIE, G. *Geografia das paisagens*. São Paulo: DIFEL, 1971.

RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard, 1990.

_____. *Les grammaires d'une ville (essai sur la genèse des structures urbaines à Marseille)*. Paris: EHESS, 1996.

SOJA, Edward, *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

VASCONCELOS, P.; SILVA, S. B. M. (orgs.). *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 1999

SOJA, Edward, *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.